



PARECER PRÉVIO Nº 9/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10955/2015.

Aposos: Processo nº 10603/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Francisco Costa dos Santos (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4.331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6975

7- Unidade Técnica: DICAMI E DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 28/2017-MPC-EFC, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas da Prefeitura Municipal de Carauari, exercício 2014, de responsabilidade do Sr. Francisco Costa dos Santos, Prefeito Municipal, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Março de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 9/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho ,
Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 9/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10955/2015.**
Apensos: Processo nº 10603/2015.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Carauari
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Francisco Costa dos Santos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4.331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6975
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 28/2017-MPC-EFC, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Carauari, exercício de 2014 de responsabilidade do Sr. Francisco Costa dos Santos, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Francisco Costa dos Santos** no valor de **R\$ 3.413,60**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, conforme art. 308, inciso I, “b”, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM em razão de atrasos na alimentação de informações no Sistema Gefis: itens 2.a) e 2.b) do Relatório Conclusivo n. 31/2016 - Dicami;
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o



ACÓRDÃO Nº 9/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Costa dos Santos** no valor de **R\$ 3.413,60**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, conforme art. 308, inciso II, "b" da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM pela sonegação de documentos durante auditoria deste Tribunal, itens 22 e 23 do Relatório Conclusivo n. 31/2016 - Dicami;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Costa dos Santos** no valor de **R\$ 6.827,19**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, fundamentada no art. 308, V da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM pela prática de ato antieconômico que resultaram em injustificado dano ao erário: itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 do Relatório Conclusivo n. 327/2016-Dicop.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Costa dos Santos** no valor de **R\$ 13.654,39**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre



ACÓRDÃO Nº 9/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM pelos atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens: 4, 5, 10, 11, 13, 17, 20, 21 e 25 do Relatório Conclusivo n. 31/2016 – Dicami.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.6. Considerar em Alcance o Sr. Francisco Costa dos Santos** no valor de **R\$1.307.744,58** que devem ser recolhidos no prazo de 30 dias na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Carauari fundamentado no art. 190, I c/c 304 do Regimento Interno do TCE/AM, pela não comprovação das despesas pagas nos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 do Relatório Conclusivo n. 327/2016-Dicop.
- 10.7. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa** do Sr. Francisco Costa dos Santos, no caso de não recolhimento dos débitos no prazo estabelecido. ficando a DERE autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como, no art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.
- 10.8. Recomendar ao Sr. Francisco Costa dos Santos**, bem como, ao atual Prefeito de Carauari que:
- 10.8.1** Observe e cumpra as determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93, quando da formalização de Contratos e Licitações;
 - 10.8.2** Cumpra o que determina a Lei 4.320/64, que trata das Normas Gerais de Direito Financeiro;
 - 10.8.3** Observe com mais rigor as normas brasileiras de contabilidade quanto a correta escrituração e elaboração das demonstrações contábeis.
 - 10.8.4** Observe com maior rigor o que determina o art. 12 da Lei n.



ACÓRDÃO Nº 9/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

4320/64;

10.8.5 Proceda a instalação, alimentação e manutenção de sistema de controle de bens em estoque;

10.8.6 Obedeça com máximo rigor os princípios da boa administração pública.

10.9. Dar ciência ao Sr. Francisco Costa dos Santos.

10.10 Arquivar os presentes autos nos termos regimentais, após cumpridas as medidas supra.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Março de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO

Procuradora-Geral, em substituição